

A comunidade de economistas do Brasil: dos anos 50 aos dias de hoje*

Raul Ekerman

1. Introdução; 2. O cenário político-econômico dos anos 50; 3. As instituições e personagens dos anos 50; 4. A comunidade de economistas do Rio e de São Paulo de meados dos anos 50 a meados dos anos 60; 5. As transformações da economia brasileira de 1964 aos dias de hoje; 6. A comunidade de economistas de meados dos anos 60 ao início dos anos 70; 7. Os anos 70; 8. À guisa de conclusão.

1. Introdução

O presente documento tem duplo objetivo. Primeiro, o meu depoimento sobre a comunidade de economistas profissionais, baseado na experiência de convívio nela desde 1960. Segundo, ensaiar uma interpretação sobre a interação entre as circunstâncias político-econômicas dos últimos 25 anos e os personagens que, por alguma razão, são denominados, especificamente, "economistas". A idéia aqui é de que as circunstâncias criam os personagens e vice-versa.

Claro, tanto o primeiro como o segundo objetivo têm na sua apresentação minhas limitações de preconceitos e formações/informações pessoais unilaterais. Conquanto tais limitações sejam inevitáveis, o leitor poderá delas se utilizar discordando, concordando ou interpretando.

2. O cenário político-econômico dos anos 50

Talvez a questão econômica dos anos 50 mais crítica politicamente tenha sido a da industrialização.

Àquela altura, em decorrência da industrialização, principalmente de bens de consumo, dos anos 30 e 40, já havia se constituído um capital industrial privado nacional e internacional, carregando consigo força de trabalho assalariado, cujo porte e organização eram suficientes para fazer valer seus interesses junto ao

* Em inúmeras partes deste documento me foi muito útil o trabalho de Flávio Versiani, *A literatura de economia brasileira, 1945-1975. Uma bibliografia básica*, texto para discussão nº 071, Departamento de Economia, Fundação da Universidade de Brasília. A seção 5 deste documento é uma adaptação do trabalho por mim publicado no *Boletim do Ierj*, mar./abr. 1981: *O balão e a fauna*. Desejo agradecer ao Prof. Carlos A. Longo do IPE/USP, que coordena os seminários desta instituição e me obsequiou com a oportunidade de expor alguns dos pontos deste documento aos professores e estudantes do IPE. As sugestões e críticas que então recebi me foram de muita valia. Agradeço a Ralph Zerkowski, do Centro de Contas Nacionais da FGV, por me familiarizar com o folclore dos economistas do Rio de Janeiro dos anos 50 e 60.

Estado. Assim é que, ao final dos anos 30, os Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, e Educação, já tinham por função a coleta dos interesses urbano-industriais, no sentido de reger em conjunto a acumulação de capital industrial.

Ao longo dos anos 30 e 40 e em boa parte dos anos 50, o Estado se viu frente ao seguinte dilema: quando a receita de exportações de café era favorável, propiciando a importação de bens de capital pela indústria de bens de consumo, havia uma tendência à desmobilização da incipiente indústria de bens de capital já existente. Isto implicava enfraquecimento das bases técnicas da acumulação do capital industrial, vale dizer, o sistema industrial, como um todo, diminuía o grau de crescimento da divisão de trabalho, limitando assim a expansão do mercado, da produção e do emprego. Ademais, a alternativa de fazer o setor café as vezes do setor de bens de capital (indiretamente, através da geração de cambiais do café que comprava os bens de capital no exterior) implicava igualmente enfraquecimento das bases técnicas da acumulação de capital industrial, já que a capacidade produtiva (o grau de divisão do trabalho do conjunto da indústria) vazava para o exterior ficava reduzido o grau de robustez do sistema de relações interindustriais que funciona como multiplicador de capacidade produtiva e geração de emprego. Por outro lado, o setor industrial constituído, apesar de anêmico, já havia impulsionado a formação de uma burguesia industrial, para a qual a realização de lucros em escala crescente era imprescindível à sua existência, bem como a formação de um proletariado atrelado a esta burguesia e para o qual a geração de emprego, também em escala crescente, era imprescindível à sua existência enquanto trabalhador assalariado. O dilema, portanto, era o de fortalecer a industrialização ou reverter em um capitalismo agrário exportador. A segunda hipótese, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, se apresentava, cada vez mais, politicamente inviável. Primeiro, pela razão já apresentada de uma burguesia e um proletariado com interesses definidos e fortes junto ao Estado. Segundo, pelo fato de os Estados Unidos do pós-guerra terem desenvolvido em tal grau sua capacidade produtiva que agora lhes eram necessários mercados externos que pudessem ajudar a absorver os frutos desta capacidade, não somente na forma de bens de consumo, mas, principalmente, na forma de bens de produção.

3. As instituições e personagens dos anos 50

A necessidade de o Estado brasileiro resolver o dilema da industrialização associada àquela — primeiro dos Estados Unidos, mais tarde, já na primeira metade dos anos 50, dos Estados Unidos juntamente com os países europeus em reconstrução — de exportar bens de capital deu margem ao nascimento de instituições congregando homens que estabeleceram idéias e diretrizes da indústria pesada no Brasil.

Em 1950, Octávio Gouveia de Bulhões publica um livro intitulado *A margem de um relatório*, que relata os resultados do *Report of joint Brazil-United States Technical Commission*, de 1949. Em 1954, o Ministério da Fazenda publica o Relatório Geral da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que funcionou no Rio de Janeiro entre 1951 e 1953, tendo como principal redator brasileiro Roberto de Oliveira Campos.

Tanto Bulhões como Campos eram ligados à Fundação Getúlio Vargas, estabelecida em 1945, que tinha um grupo de estudos econômicos sob a liderança de Eugenio Gudín. Este sempre se bateu pela idéia central do liberalismo clássico: “ausência de intervenção governamental no mercado que pudesse prejudicar a livre iniciativa”. Bulhões e Campos não deixavam de comungar com Gudín em seu ideário básico, porém problematizavam (Campos mais do que Bulhões) a questão das instituições estatais que pudessem promover o “bom funcionamento do mercado”. Os escritos de Gudín (por exemplo, *Inflação, exportação e importação, café, crédito, desenvolvimento, industrialização*. Rio de Janeiro, Agir, 1959) têm sua argumentação muito mais favorecida, relativamente, pelos *princípios universais de qualquer sistema econômico* do que pelas *circunstâncias político-econômicas*. Nos escritos de Campos (por exemplo, *Economia, planejamento e nacionalismo*. Rio de Janeiro, Apec, 1968), os pesos não chegam a se inverter, mas o elemento circunstancial é relativamente mais favorecido.

O programa da Comissão Mista que, lembramos, teve como principal redator brasileiro Campos, diagnosticava: a economia brasileira vinha se desenvolvendo de forma desequilibrada, sendo sintomas disto a inflação e a tendência ao déficit nos pagamentos externos. O remédio que acompanhava o diagnóstico era no sentido de investimentos governamentais que rompessem os obstáculos ao fluxo de investimento privado, nacional e estrangeiro.

Se bem que a retórica e as intenções de Gudín, Bulhões e Campos fossem consistentes com seus ideários, os efeitos concretos de suas prescrições, creio eu, jamais atenderam plenamente suas expectativas ou, pelo menos, daqueles que, por questões psicológicas que não é oportuno discutir aqui, comungam com as idéias do liberalismo clássico. Regra geral, a fórmula que tais crentes se utilizam para não abalar sua fé é a de responsabilizar homens ou entidades abstratas (a sociedade, a cultura, a índole do povo, etc.) pela falta de iluminação que, caso existisse abrangentemente, evitaria as mazelas da vida social.

As expectativas de que falamos acima não foram atendidas plenamente pois os dois sintomas os quais Gudín, Bulhões, Campos e outros que pensam em linhas similares julgam “patológicos”, isto é, inflação e déficit nos pagamentos externos, jamais deixaram a vida brasileira. O primeiro de forma crônica e se agudizando recursivamente, o segundo com períodos de abrandamento e até extinção, e outros, como o presente, de agravamento inimaginável. Até hoje se propõe que tais sintomas devam ser “combatidos”, “lutados contra”, “sanados”. Enfim, atitudes que, se bem-sucedidas, nos levariam ao melhor dos mundos possíveis.

Outro fruto da Comissão Mista foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952, e cujo objetivo principal foi o de financiar os programas de investimentos propostos pela Comissão. Campos sempre esteve ligado ao BNDE, tendo, no governo Juscelino, assumido sua presidência.

Tanto Campos como Bulhões eram pessoas cuja índole liberal e tolerância intelectual chegaram a ser testemunhadas por economistas heterodoxos. Por exemplo, Ignácio Rangel, um “heterodoxo histórico”, assinala em seu livro *A inflação brasileira*, publicado em 1963, as características positivas de Campos como pessoa e dirigente. Maria da Conceição Tavares, outra “heterodoxa histórica”, foi assistente de Bulhões na antiga Universidade do Brasil, hoje Universi-

dade Federal do Rio de Janeiro, bem como ao final dos anos 50, início dos anos 60, serviu ao BNDE em seu Departamento de Estudos Econômicos.

As atitudes liberais de Bulhões e Campos, parte de suas personalidades, eram favorecidas pelo ambiente geral de liberdade política e de expressão de pensamento que vigorava na época.

A razão pela qual acentuamos a liberalidade de Bulhões, Campos e o ambiente da época é, em parte, para evitar perplexidade quanto ao fato de o organismo no qual a Cepal (Comissão Econômica para América Latina das Nações Unidas) encontrou guarida para realizar seus estudos e conseqüentes proselitismos no Brasil ser o BNDE. Como se sabe, e elaboraremos mais adiante, o pensamento da Cepal ao longo dos anos 50 e parte dos anos 60, constituiu o que se denominou “estruturalismo” e foi contra-restante do pensamento liberal clássico que incluía o que se denominou “monetarismo”.

Na primeira metade dos anos 50, estabeleceu-se no Rio o Grupo Misto BNDE-Cepal, dirigido pelo economista chileno Anibal Pinto. O grupo, além de realizar estudos, promoveu, até 1964, numerosos cursos de economia e planejamento econômico em várias cidades brasileiras.

Por razões complexas, o “estruturalismo cepalino” e seu pensamento opo- sitor, o monetarismo, sofreram o destino de tantas outras doutrinas (marxismo, classicismo, neoclassicismo, keynesianismo, estruturalismo, schumpeterianismo, etc.) e acabaram por ser caricaturados como doutrinas inequívocas em suas definições, congregando, cada uma a seu lado, grupos de indivíduos com pensamento monolítico. As caricaturas se consolidam porque contêm meias verdades.

A caricatura “estruturalista cepalina” é: os problemas do subdesenvolvimento – agricultura ineficiente, baixa produtividade industrial, pobreza, sistema financeiro ineficiente – são causas do processo inflacionário crônico e déficits crônicos de pagamentos externos recorrentes. A caricatura monetarista se define, por oposição: onde o estruturalismo vê causa, o monetarismo vê efeito. Assim, o “monetarista caricatural” ou o “monetarista radical”, e este último até que se encontra de vez em quando na praça, vêem “a solução” para o subdesenvolvimento e a inflação, basicamente, em um controle regrado da emissão de moeda corrente, por parte do governo. O “estruturalismo caricatural”, que eu saiba inexistente na comunidade dos economistas, toma o termo “estrutura” porque acha bonito, dá-lhe um sentido desconexo, recheado de jargão esotérico, e diz que antes de mais nada “a solução” é mudar a estrutura.

O caráter simplista do diagnóstico e insólito das soluções em relação à realidade, nas duas caricaturas, propiciou a vários economistas, principalmente durante a segunda metade dos anos 60, o uso de concepções caricaturais como bodes expiatórios a serem atacados, escolhendo o bode monetarista quando sua inclinação geral de pensamento fosse à esquerda e o estruturalismo quando esta inclinação fosse à direita. Esta situação, em si mesma, favoreceu, particularmente após 1964, a perseguição a alguns daqueles identificados como estruturalistas.

A realidade, ao contrário da caricatura, é complexa em nuances. Assim, um “estruturalista histórico” brasileiro e que atuou no Brasil foi Celso Furtado. Furtado também esteve ligado ao BNDE nos anos 50 na qualidade de diretor. Desenvolveu uma obra que, por ser humana e não divina, contém tropeços mais ou menos sérios, porém de riqueza intelectual ímpar. O seu livro *Formação eco-*

nômica do Brasil, publicado em 1959, ao lado de *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr., de 1940, permanece como fonte básica de interpretação e reinterpretação do desenvolvimento sócio-econômico brasileiro.

Na segunda metade dos anos 50, Furtado coordenou, dentro do Grupo Misto BNDE-Cepal, um estudo sobre a situação da economia brasileira cuja idéia principal era fornecer elementos para o processo de substituição de importações para o período 55-62. Os elementos deste estudo, por sua vez, forneceram as bases do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, que governou o País de 56 a 61.

Assim é que, em 1956, quando Juscelino assumiu a presidência, havia duas linhas intelectuais que naquele momento conseguiram se impor, embora uma delas por força das circunstâncias acabasse dominante. As duas linhas eram: a) a da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cuja inspiração liberal clássica fazia valer o *princípio* das vantagens comparativas; b) a do Grupo Misto BNDE-Cepal, cuja inspiração estruturalista fazia valer a *oportunidade* da substituição de importações.

O princípio das vantagens comparativas — de que os países devem se especializar na produção de bens para os quais contem com vantagem relativa *vis-à-vis* outros países — na sua qualidade de *princípio* é parte das inúmeras verdades transcendentais da teoria econômica e, portanto, não sujeitas à contestação da “racionalidade”: contestar o princípio das vantagens comparativas, dentro de suas hipóteses, é como desejar contestar o teorema de Pitágoras, dentro de seus axiomas. Aparentemente, o testemunho da história de que a Revolução Industrial inglesa foi precedida pelo mercantilismo que organizou os mercados por meio de intervenção governamental conspícua e abrangente; de que a industrialização, alemã e americana, de fins do século XIX foi possível à custa de forte protecionismo, e inúmeros outros casos, não sensibiliza os liberais clássicos ortodoxos.

A oportunidade da substituição de importações se justifica muito mais por pressões circunstanciais de caráter político. Seu “fundamento de racionalidade”, se é que podemos usar esta expressão, se baseia em seguir a linha de menor tensão e maior acomodação possível que as circunstâncias, como vistas por grupos de interesse político definido, estabelecem.

A linha de estudos do Grupo Misto BNDE-Cepal atendeu muito mais o Plano de Metas de Juscelino do que a da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Nesta última, o papel da intervenção do governo se limitava à eliminação de pontos de estrangulamento, para abrir caminho à ação da iniciativa privada nacional e estrangeira. A linha da Cepal atribuía ao Estado uma posição central no direcionamento dos investimentos. Estes deveriam, além de obras de infra-estrutura, dar margem ao máximo de utilização das mesmas e prover o impulso para a consolidação das bases técnicas do setor industrial. Isto é, um setor de bens de capital robusto e vigoroso que pudesse planejar sua produção adiante das pressões de demanda do setor de bens de consumo e não a seu reboque. Esta seria a única forma de romper definitivamente a tradição agrário-exportadora brasileira e inserir o Brasil em um novo esquema de divisão internacional do trabalho.

Juscelino, como se sabe, foi antes de tudo um homem político, um homem que dentro de limitações institucionais ferrenhas acomodou fortes interesses

antagônicos sem dismantelar a democracia formal. Visto à distância de trinta e poucos anos, seu “entreguismo”, “inflacionarismo”, e outros defeitos que não me ocorrem, podem ser considerados virtudes. Soube romper com o Fundo Monetário Internacional e agradar o capital internacional de forma que este, dada a sua potência extraordinária, agisse com um mínimo de virulência sobre os frágeis interesses nacionais. O sucessor de Juscelino, Jânio Quadros, demonstrou-se muito mais um homem moral do que político. Reatou relações com o Fundo Monetário Internacional, não soube ou não pôde usar os Grupos Executivos estabelecidos por Juscelino, que faziam o trabalho de propiciar a entrada de capital externo de risco. Não suportou a pressão das “forças ocultas”.

O período pós-Juscelino não seria fácil para ninguém pois a necessidade de readaptar as instituições políticas, financeiras e econômicas, agora, era mais premente. A renúncia de Jânio, pelo menos, não ajudou.

4. A comunidade de economistas do Rio e de São Paulo de meados dos anos 50 a meados dos anos 60

Por comunidade de economistas entendo aquela composta de indivíduos que produzem e distribuem “ciência econômica”. O que dá o caráter de ciência ao discurso econômico é o fato de ser legitimado dentro de uma comunidade específica e limitada, dotada de poder político. Em outras palavras, o discurso econômico é científico somente na medida em que a comunidade do saber econômico científico lhe dá guarida. A rigor, uma comunidade de cientistas, para que assim seja considerada, precisa ser aceita e, assim, estar inserida dentro da comunidade internacional. Esta, através de uma rede de relações formais e informais de comunicação, deixa implícitos, a cada instante, os requerimentos formais, as atitudes, o jargão que um indivíduo deve possuir para dela participar e ter seu trabalho aceito como ciência. As instituições nacionais e internacionais que congregam os “cientistas econômicos” e que dão as condições para que estes se comuniquem dentro delas e entre elas são as universidades, institutos de pesquisa e ensino e, burocracias estatais — nacionais e internacionais.

Até meados dos anos 60, creio eu, não se pode dizer que havia uma comunidade de economistas como acima entendido. A ligação dos economistas brasileiros e estrangeiros era limitada. Os centros dominantes do conhecimento, Estados Unidos, Inglaterra e França, não estavam ligados às instituições nacionais nem de forma regular e nem com um mínimo de intensidade. Alguns poucos economistas brasileiros, esporadicamente, freqüentavam as instituições dos locais metropolitanos e vice-versa. Porém, ainda que existisse um ou outro indivíduo no Brasil que participasse da comunidade internacional de economistas, não havia um número suficiente deles para que se pudesse definir uma brasileira.

A razão da ausência de uma comunidade no Brasil não decorria da inexistência de indivíduos com conhecimentos teóricos ou capacidade criativa. Simplesmente faltava o elemento de internacionalidade que, como força social, confere ao conhecimento o seu caráter científico. Assim, por exemplo, na época podia se dizer que a Índia possuía uma comunidade de economistas já que, neste país, havia um grande número de pessoas que transitavam pela comunidade internacional. O mesmo não se aplicava a, digamos, Polônia ou Israel (pelo menos até

fins dos anos 50), ainda que alguns poucos cidadãos destes países fossem considerados expoentes da comunidade científica. No caso da Polônia, por exemplo, Lange e Kalecki; no caso de Israel, por exemplo, Patinkin.

Entretanto, se não podemos falar em comunidade de economistas plenamente constituída, no Brasil, no período 55-65, certamente existia um conjunto de pessoas que dominava o discurso da ciência econômica, o ensinava e o aplicava. Limitar-me-ei a Rio e São Paulo.

O Rio de Janeiro, como capital do País até 1960, era seu centro político e, em decorrência, seu centro de cultura política e pensamento social. São Paulo era o centro econômico, porém, à parte a Universidade de São Paulo, que se destacava nas ciências naturais, era provinciano no que diz respeito ao pensamento social. No Rio, a faculdade de economia que se destacava era a da Universidade do Brasil; em São Paulo, a da Universidade de São Paulo.

Na faculdade da UB no Rio, que eu saiba, não vigorava o regime de tempo integral e dedicação exclusiva para um número mínimo de professores; já isto ocorria na faculdade de economia da USP. Entretanto, o fato de São Paulo ter uma faculdade com professores de tempo integral não lhe dava vantagem em termos de criação e transmissão de um conhecimento vivo. Pelo contrário. Os professores do Rio interagiam com a burocracia estatal, instituições financeiras críticas (Banco do Brasil, Sumoc, BNDE), importantes escritórios de consultoria (TOC, Valit, ETA, Cetap, Brastec, Consetec, entre outros), o que, se não lhes proporcionava vivência teórica, lhes proporcionava vivência concreta de problemas econômicos brasileiros. Os de São Paulo, com exceções importantes — em particular Antonio Delfim Netto, de que trataremos mais adiante —, tinham uma vivência livresca. Ademais, como viviam muito enclausurados em suas cátedras, o conhecimento livresco transformava-se, algumas vezes, em livre pensar surrealístico. Ainda que colegas meus que estudaram na UB no Rio daqueles tempos me informem que o ensino ali deixava a desejar, ainda assim fica o testemunho escrito de que o grosso do que se produziu de conhecimento econômico relevante no Brasil no período 55-65 foi carioca.

Na faculdade de economia da UB lecionavam Gudin, Campos, Bulhões, Antonio Dias Leite (ministro de Minas e Energia nos governos Costa e Silva e Médici), entre outros. Certamente o ensino era baseado em teoria ortodoxa e convencional, porém uma vez que os que ensinavam tinham um interesse concreto em tal conhecimento, havia, além de convicção, um mínimo de coerência no que diziam. Ademais, o fato de a teoria ensinada ser ortodoxa e convencional por si só não a desmerece, mesmo sob o ponto de vista da heterodoxia. Esta surge como oposição e, para tanto, se baseia numa visão clara dos preceitos ortodoxos. Mas, voltamos a repetir, o que dava força ao Rio de Janeiro como centro de conhecimento era muito menos a faculdade de economia da UB que o fato de ser o centro político do País. Por outro lado, do ponto de vista tanto da transmissão como da criação de conhecimento econômico, muito mais importantes que a faculdade de economia da UB eram centros como a Fundação Getulio Vargas, Grupo BNDE-Cepal, IBGE e outros que promoviam estudos e organizavam, informalmente — isto é, sem dar conta como hoje ao Conselho Federal de Educação —, cursos de pós-graduação.

Ainda que o núcleo de criação de conhecimento econômico no Rio fosse conservador, havia centros de estudo, e indivíduos que poderiam ser caracterizados de heterodoxos ou de esquerda. Um daqueles era o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb).

O Iseb, que teve seu papel analisado sob o ponto de vista de “Fábrica de Ideologias” em publicação recente (São Paulo, Ática, 1977. Col. Ensaios, n. 28.), por Caio Navarro de Toledo, foi criado em julho de 1955, pelo então Presidente da República, João Café Filho. A sua justificativa era o “incentivo e promoção do desenvolvimento nacional”. Em sua primeira fase – desde a sua criação até o início do governo de Juscelino – figuravam nomes os mais variados em termos de orientação político-ideológica: Gilberto Freire, Roberto Campos, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, entre outros, e escolhidos seletivamente para indicar o arco-íris ideológico prevalecente. Na segunda fase, que engloba o período Juscelino (1956-61), o Iseb contou com o apoio explícito de Juscelino (em discurso proferido por ocasião de solenidade do curso regular de 1956, Juscelino, em determinado trecho, pronuncia: “(. . .) vossa tarefa de catecúmenos do grande Brasil será mais árdua e mais perigosa porque lutareis com argumentadores, com fins representantes da decadência, com gente de recursos (. . .) [porém] a vossa inteligência se ampara na realidade, que é, finalmente, invencível.” (apud Toledo). Nesta segunda fase, há dissensões e demissões. Um exemplo de dissensão foi a posição de Hélio Jaguaribe, em seu livro *O nacionalismo na atualidade brasileira* (Rio de Janeiro, Iseb/MEC, 1958. Col. Textos Brasileiros de Política, n. 1.) considerado por seus pares como defendendo teses “antinacionalistas”, “privatizantes” e “autoritárias”. Um exemplo de demissão foi a de A. Guerreiro Ramos, que a justificou pelo fato de o “Iseb ter se transformado em agência eleitoreira e numa escola de marxismo-leninismo – com honrosa exclusão de alguma dissidência (. . .)” (apud Toledo). A terceira fase é a de repúdio ao governo Juscelino por seu “caráter entreguista”, e de apoio às reformas de base do governo de “Jango” Goulart. Uma avaliação ligeira e superficial desta terceira fase, e que adoto por restrição de tempo e espaço, é que o Iseb se transformou em “saco de gatos”. Em 13 de abril de 1964, o Presidente da República em exercício, Paschoal Ranieri Mazzili, extinguiu o Iseb, por força de decreto.

O Iseb é exemplo de uma instituição de esquerda do período. Por outro lado, um bom exemplo de heterodoxo solitário do período é Ignácio Rangel. Rangel, considerando-se o período, foi um heterodoxo tanto “à esquerda” como “à direita”. Em suas análises sobre a questão agrária, não concordava com a idéia da reforma agrária, uma bandeira que, ao ser empunhada pelo governo “Jango” Goulart (“esquerda”), teve reação concomitante do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – Ipes, de que falaremos mais adiante, e que, sob a direção de Paulo de Assis Ribeiro, elaborou o “seu” plano de reforma agrária, que, após o movimento de 1964, com modificações, se transformou no Estatuto da Terra (“direita”). Rangel argumentava, com pensamento marxista, que a ocasião não era oportuna para qualquer tipo de reforma agrária. Considerava que dadas as relações de produção no campo, então existentes, esta fórmula seria um retrocesso, ao invés de progresso, já que, inevitavelmente, traria uma forte reação da oligarquia agrária, reação esta que, ao invés de privilegiar a situação do trabalhador rural, iria agravá-la. Em retrospecto, depois de cerca de 25 anos, o prognós-

tico de Rangel se fez valer: a “reforma” de “Jango” serviu para atíçar sua derubada e aquela que passou a vigorar pós-1964 deu margem a novas instituições, primeiro o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), depois o Instituto Nacional de Colonização e Regionalização Agrária (Incra). As ações fiscalizatória e coletora de dados das duas instituições não implicaram nada que na época se imaginava por reforma agrária.

Rangel destacou-se por sua análise sobre a *Inflação brasileira*, publicada em 1963. Refutou o argumento estruturalista de que a agricultura exercia pressão inflacionária devido à inelasticidade de oferta em relação aos preços. Atribuiu a velocidade de elevação dos preços agrícolas a mecanismos de concorrência oligopolísticos. Por outro lado, refutou o argumento monetarista de que a causa básica da inflação se deve a pressões de demanda agregada, causadas por expansão exagerada dos meios de pagamento, sobre uma oferta agregada inelástica, devido à existência de plena utilização de capacidade industrial. Entendia que o mecanismo inflacionário tem utilidade limitada no sentido de expandir o potencial de acumulação de capital e sugeriu a intervenção do Estado no sentido de promover *novas* atividades industriais, sejam elas de responsabilidade empresarial estatal, privada estrangeira ou nacional, atividades estas que, a um tempo, não concorram com as *antigas* e delas absorvam capacidade ociosa. O argumento de Rangel nos dias atuais ganhou a respeitabilidade dos economistas acadêmicos que o compatibilizaram formalmente com modelos (nekeynesianos, em alguns casos, macrodesequilíbrio, em outros). Ignácio Rangel, sob diversos prismas, foi um pioneiro. Sob retrospecto, e relevando a um certo número de obscuridades, diria que Ignácio Rangel foi um dos economistas brasileiros mais criativos do período.

Para finalizar esta parte, é importante dizer que as questões de posicionamento ideológico são complexas e problemáticas. Um estudo relevante e importante sobre o período é o livro recém-publicado de René Armand Dreifuss, 1964: *A Conquista do Poder, Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Resumindo, Dreifuss utilizando-se da terminologia de Gramsci, procura estabelecer que a partir da renúncia de Jânio, o “bloco de poder” que representa os interesses das multinacionais se encontrava alijado do governo. Os “intelectuais orgânicos” desse “bloco de poder” alijado teriam se articulado através do Ipes. O livro de Dreifuss faz uma listagem destes intelectuais e descreve o papel que cada um deles teve no sentido de ajudar o bloco a tomar o governo. A maioria dos economistas está na lista. Na medida em que o trabalho de Dreifuss não seja encarado como visão conspiratória, e seja lido criticamente, ele é esclarecedor.

4.1 A Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo na primeira metade dos anos 60

A Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo foi organizada em meados dos anos 50. Seus professores, uns originários de outras faculdades da USP – Filosofia, Ciências e Letras, Direito, Politécnica –, outros, originários de injunções políticas do governo estadual da época.

Antes da criação da FCEA-USP (hoje FEA-USP: Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo) existiam em São Paulo faculdades de Economia reconhecidas pelo Conselho Federal de Educação e que formavam

economistas e contabilistas profissionais de “formação superior”. O “economista de formação superior”, dentro da tradição sindical-corporativista, estabelecida nos anos 30, tinha (e tem) suas atribuições definidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), podendo fazer pleno uso delas desde que tenha seu diploma registrado no Conselho Federal de Educação e o competente registro no Sindicato de Economistas e Conselho Regional de Economistas Profissionais, subordinados ao Ministério do Trabalho. Em boa parte, a criação da FCEA-USP, em meados dos anos 50, se deu para, ao afinar com a legislação trabalhista, caracterizar profissionalmente o indivíduo. A idéia inicial não era esta. A USP, desde sua fundação em 1932, estabelecia implicitamente a idéia de que, no Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, seriam lecionadas matérias de economia, ao lado das de sociologia, antropologia, etc. O indivíduo ao formar-se recebia um diploma de bacharel em filosofia e ciências sociais. Sua caracterização profissional se daria não pelo formalismo da legislação, mas para onde seu “conhecimento universal” das “teorias e questões sociais” o conduzisse. Esta forma de encarar o problema teve de ser alterada, já que o mercado de trabalho no Brasil para indivíduos de formação universitária, pressionado pelas práticas burocráticas estatais, tem dificuldade em acomodar diplomas universitários sem caracterização profissional clara e pretensamente inequívoca: advogados, médicos, engenheiros, economistas, administradores, sociólogos, psicólogos, pedagogos, professores secundários, etc., são aquilo que a CLT diz que são.

Até 1960, a FCEA da USP tinha cursos separados para formar economistas, contabilistas-atuários e administradores, respectivamente. A partir de 1960, os diplomas conferidos continuavam a ser distintos, porém estabeleceu-se um sistema de disciplinas comuns às três áreas. A opção por economia resolveu-se dar um caráter especial: o economista deveria ter uma formação ampla e profunda em teoria econômica, história econômica e métodos quantitativos e uma formação ampla porém mais superficial em direito, contabilidade, administração e sociologia. O curso diurno tinha quatro anos de duração com aulas no período da manhã e da tarde; o curso noturno, cinco anos. Ademais, estabeleceu-se um sistema de seqüência lógica entre cadeiras. Por exemplo: Valor e Formação de Preços II dependia de Estatística I que, por sua vez, dependia de Complementos de Matemática. Valor e Formação de Preços era lecionada no terceiro ano; praticamente todas as matérias do quarto ano dependiam dela. Assim, se alguém ficasse reprovado, no primeiro ano, em Complementos de Matemática no curso diurno, necessariamente só poderia terminar o curso em cinco anos. Em vista do sistema de seqüência lógica, da turma de 50 alunos que entrou em 1960, no curso diurno, somente quatro se formaram ao final de 1963.

A turma de 1960, da qual eu era integrante, teve uma experiência atribulada. Com exceção das cadeiras de História Econômica, cuja catedrática era Alice P. Canabrava, de algumas de Métodos Quantitativos dirigidas pelos catedráticos Luiz de Freitas Bueno, Ruy Aguiar da Silva Leme e Flavio Fausto Manzolli, de algumas de Teoria Econômica dirigidas, após 1963, pelo catedrático Antonio Delfim Netto, as demais que formavam a grande maioria transmitiam um conhecimento obscuro e desconexo. Lembramos que as intenções da FCEA em 1960 eram grandiosas: formar a um tempo pessoas de conhecimento universal mas que

também possuíssem conhecimento instrumental oferecível no mercado de trabalho. Estas intenções grandiosas e irrealistas, somadas ao despreparo da grande maioria de professores e ao sistema de seqüência lógica, polarizaram os alunos no sentido de apoiar e prestigiar alguns professores “iluminados” que, motivados por questões internas e externas à faculdade, tinham interesse em dominá-la politicamente. Dois destes professores “iluminados” se destacam: Antonio Delfim Netto, cujas características positivas eram, para a época, uma competência teórica e prática extraordinária, aliada a uma capacidade de trabalho também extraordinária. O segundo era José Francisco de Camargo, cujo principal mérito foi de eliminar tensões internas e readaptar a faculdade às necessidades que o “bravo novo mundo” pós 31.3.64 estabeleceu.

4.2 O personagem Antonio Delfim Netto: 1960-65

Antonio Delfim Netto teve e tem tal importância dentro das instituições estatais que, creio eu, a pré-história de sua vida pública vale a pena ser relatada. Restringo-me ao período 60-65.

Até 1963, Delfim era assistente da cadeira de Estatística Econômica cujo catedrático era Luiz de Freitas Bueno. Em 1961, Delfim apresenta sua tese de doutoramento, *O problema do café no Brasil*. Para o propósito do que aqui estamos tratando, o que vale destacar em sua tese é o fato de ter sido apresentada no melhor e mais moderno “economês” da época. Se sua tese tivesse sido apresentada, por exemplo, em Cambridge-USA ou Cambridge-Inglaterra, creio, teria sido aprovada com menção honrosa. A tese seguia o padrão que, após os anos 50, nos Estados Unidos, passou a ser o *sine qua non* da boa tese: formulação de hipóteses, preferencialmente em termos matemáticos, e teste delas, pelo uso de técnicas econométricas. É importante salientar que o ceticismo hoje partilhado por muitos com relação a técnicas matemáticas e estatísticas é diferente do ceticismo que pudesse existir na época. O cético de hoje, admite-se que saiba do que duvida, o da época era considerado crítico irresponsável. Isto porque o domínio do uso de técnicas matemáticas e econométricas requer esforço considerável.

A tese de Delfim continha outros méritos. Um esboço histórico do problema que, apesar de não ser particularmente original, já que se baseava em grande parte do estudo de diversos volumes de Taunay, era um exemplo de boa síntese e clareza. Por fim, ficava claro que Delfim era do ramo: ele entendia de café. Delfim, em comum com seus colegas cariocas — e isto era uma exceção em São Paulo —, transitava por instituições extra-universitárias. Isto lhe dava condições de aprender e apresentar o problema de forma interessada e, portanto, viva. As instituições em que Delfim transitava no início dos anos 60 eram a Associação Comercial do Estado de São Paulo e a Bolsa de Mercadorias de São Paulo. Assessorou o governo do Estado na elaboração de planos econômicos e participou ativamente como dirigente da Comissão da Bacia Paraná-Uruguaí. Mais tarde, em 1964, assumiu a direção da Associação Nacional de Pesquisas Econômicas (Anpes), patrocinada pelo Ipes.

A sua tese de cátedra, apresentada em 1963, sobre planejamento e desenvolvimento, ao contrário de sua tese de doutoramento, que tratava de um problema brasileiro de forma a um tempo elegante e candente, se constituiu em uma

síntese de alguns modelos de crescimento, em voga na época nos períodos internacionais. Em retrospecto, a boa aceitação da tese por parte dos economistas proeminentes da época parece ter decorrido da falta de familiaridade deles com o uso de matemática na construção de modelos formais.

Entre 1962 e 1965, Delfim reunia estudantes interessados em estudar teoria econômica. No ano de 1964, em que participei do grupo de estudos, o programa era intenso: diariamente das 7h30min às 8h30min se estudava o texto de Allen, *Mathematical analysis for economists*; das 14h às 15h, alternadamente, os textos que na época eram *dernier-cri*: Anderson e Quandt, *Micro economic theory* e Ackley, *Macroeconomic theory*; das 18h às 19h, textos de periódicos internacionais, também os últimos lançamentos da estação. Ao fim da tarde de sexta-feira, o grupo de estudos fazia “vaquinha” para comprar uísque Drury's ao sabor do qual se discutia o livro de Paul Sweezy, *Teoria de desenvolvimento capitalista*, texto famoso de economia marxista. A impressão que fiquei era de que os textos de teoria econômica eram para ser levados a sério, o texto de Sweezy para ser levado a uísque. Entretanto, é impossível negar a enorme curiosidade e motivação de Delfim para todo e qualquer assunto ligado a economia. Sua capacidade de interagir com estudantes interessados e suscitar problemas estabeleceu uma aglutinação da FCEA da USP ao seu redor. Em 1965, era o líder incontestado da faculdade. Dentre os estudantes dos grupos de estudos, selecionou os melhores e mais afinados com sua pessoa para serem seus assistentes ou colaboradores. Alguns deles, Afonso Celso Pastore, Eduardo Pereira de Carvalho, Carlos Antonio Rocca, Carlos Viacava, Paulo Iokota, entre outros, ocuparam e ocupam hoje, cargos muito importantes da administração federal e estadual.

5. As transformações da economia brasileira de 1964 aos dias de hoje

Entre 1964 e 1967, o estado brasileiro eliminou as barreiras que se interpunham à maior internacionalização da economia, criando condições para o financiamento e instalação de um conjunto empresarial reestruturado. Os investimentos realizados pelo “novo” conjunto empresarial, com apoio e sustentação do Estado, a partir de 1968 até 1974 foi desinflacionário (reduzidor de taxas de inflação) não por reutilizar antigas fábricas que, na ocasião, se achavam, supostamente, “em banho-maria”, mas sim por criar novas fábricas, que, sendo complementares entre si, aumentaram significativamente o grau de divisão do trabalho dentro e entre as fábricas, o que, por sua vez, aumentou também, significativamente, a produtividade do trabalho. O aumento sustentado da produtividade do trabalho entre 1968 e 1974 é que permite entender a razão de uma aceleração de investimentos concomitantemente a uma desaceleração da inflação.

É importante assinalar que entre 1968 e 1974, os assim chamados desmandos do governo, tais como: “substancial” déficit orçamentário, “pesados e generalizados” subsídios, e “crédito fácil”, para mencionar apenas alguns, não eram, na época, motivos de maiores preocupações. As colocações monetaristas (base monetária, multiplicador, meios de pagamento, etc.) eram assuntos para, do ponto de vista teórico, sustentar libações acadêmicas e, do ponto de vista prático, assegurar às autoridades de que “as coisas iam bem”. A razão é que, na época,

ca, o chamado crédito fácil fechava a cada instante a diferença negativa entre custo e receita do conjunto empresarial, assegurando realização de lucros, expectativas favoráveis de rendimentos futuros, expansão de investimento, realização de lucros maiores, etc., reduzindo a taxa de inflação.

É também importante assinalar que entre 1968 e 1974 as vozes contra a intervenção estatal vinham, na sua maioria, não contra a sustentação do investimento, mas contra a repressão às liberdades individuais.

A partir de 1974, a estrutura econômica brasileira que vinha promissoriamente se reproduzindo começou a apresentar sinais de desgaste. O conjunto empresarial mostrou, primeiro, sintomas de defeitos congênitos: ausência de uma indústria pesada que pudesse atender de pronto às demandas geradas pelo crescimento acelerado dos bens de consumo final; ausência de uma agricultura que pudesse atender ao crescimento acelerado da demanda de alimentos por parte de uma população urbana, àquela altura significativamente aumentada em número e poder aquisitivo. Ao lado de tais defeitos, houve uma reviravolta no sistema econômico internacional com repercussões desfavoráveis ao prosseguimento de uma evolução estruturada do parque industrial. Em particular, a maior instabilidade nos países desenvolvidos e no comércio mundial devido à falência do padrão-dólar, resultando em oscilações inusitadas nos preços das matérias-primas. Uma delas, o petróleo, por estas e outras razões, sofreu uma brusca majoração de preços em 1973.

Tais fatores atuaram desfavoravelmente no sentido de pressionar os custos de produção industriais internos. Isto ocasionou um efeito redistributivo do produto nacional entre lucros e salários. Este efeito foi duplamente perverso. Primeiro, o grande aumento no custo das matérias-primas elevou exageradamente a parcela dos lucros no produto nacional, reduzindo, portanto, a parcela dos salários. Segundo, o aumento exagerado da parcela dos lucros, na sua quase totalidade, começou a vasar para o exterior, tanto para pagar o maior valor das importações de matérias-primas, como para pagar o financiamento e refinanciamento sucessivo de créditos externos. A perversidade do primeiro efeito, a redução da parcela dos salários no produto nacional, consistiu em uma retração relativa do consumo de produtos industriais que, se bem que modesta, foi suficiente para criar um clima de incerteza desfavorável aos negócios. A perversidade do segundo efeito, o vazamento do aumento dos lucros para o exterior, foi mais grave: impediu a evolução, em ritmo adequado, da formação de fundos internos de financiamento ao conjunto empresarial para que este expandisse seus gastos, através de fundos próprios. Em outras palavras, os grandes lucros do conjunto empresarial foram, em boa parte, transferidos ao exterior, comprometendo os gastos interempresariais internos, isto é, os investimentos dentro do País.

A consequência das alterações na estrutura econômica nacional e internacional a partir de 1974 teve o efeito de desarticular a complementaridade favorável ao aumento do grau de divisão do trabalho que existia até então. A produtividade do trabalho, que vinha crescendo continuamente, diminuiu e se tornou arritmica. Até então, o crédito fácil sancionava a realização de lucros que tinham como contrapartida um volume robusto e vendível de bens e serviços. A partir de 1974, ele continuou a sancioná-la, entretanto, sem a mesma contrapartida relativa de produção vendível de antes.

O diagnóstico acima da crise econômica brasileira que vem evoluindo desde 1974 e atualmente (1981) se apresenta exacerbada difere fundamentalmente dos diagnósticos que se baseiam na idéia de que a crise decorre do fato de a economia brasileira, em meados dos anos 70, ter atingido a plena utilização de sua capacidade produtiva. Vale dizer, a partir de 1975, a demanda agregada estimulada pelo crédito pressionou uma oferta agregada inelástica.

Nosso diagnóstico, por outro lado, é coerente com a observação da realidade de que, se bem que haja alguns setores funcionando a plena capacidade, a maior parte deles se achava e se acha com capacidade ociosa.

O recrudescimento inflacionário a partir de 1974 se deveu não a pressões de demanda agregada mas ao esgotamento prematuro de uma estrutura industrial consolidada em 1968. O estado brasileiro, consciente ou inconscientemente, vem mantendo desde 1974 a rentabilidade de um sistema econômico desestruturado, isto é, um sistema econômico no qual as unidades do conjunto Empresarial não se complementam adequadamente. Porém conseguiu-o e consegue à custa de um processo de aceleração inflacionária. A elevação de preços sustenta a elevação de lucros sem contrapartida na elevação proporcional da produtividade do trabalho.

Nos dias atuais (1981) há vozes crescentes para que o Estado se retraia em seu papel de promotor, comprador e agente integrante do conjunto empresarial. Um argumento é de que o Estado vem causando inflação sem obter resultados no campo produtivo. O problema com esta posição é de que a economia brasileira se acha em fase de transição para uma futura estrutura produtiva e que, exatamente por ser futura, não sabe qual a sua configuração. Entretanto, o que se pode afirmar com segurança é que uma retração do Estado como sustentador do investimento — seja ele inflacionário ou não — causará uma retração de atividade econômica e do volume de emprego. Isto, por sua vez, irá dificultar e prolongar o processo de readaptação da estrutura produtiva que se acha em curso.

Outro argumento é de que a sustentação do nível de emprego *hoje*, através da inflação, irá inelutavelmente elevar o nível de inflação de *amanhã*, transferindo os custos da desinflação que hoje seriam pequenos, para amanhã, onde seriam grandes. O problema com esta posição é que o custo social da desinflação de hoje pode ser avaliado e configurado enquanto que o de amanhã não se sabe bem do que consiste. Entretanto, há um elemento de razão neste argumento, qual seja: o recrudescimento contínuo da inflação só pode agravar as coisas, já que a aceleração inflacionária é um elemento desestabilizador da vida econômica. Neste caso, a opção deve ser, pelo menos, manter o atual nível de inflação. Isto por si só poderá causar desemprego. Neste caso, o governo deve estar preparado para promover atividades complementáveis àquelas que estão aparecendo no mercado, de forma a absorver o mais possível o desemprego.

O ano de 1980 e o início de 1981 apresentaram focos de desemprego cuja magnitude em termos absolutos é preocupante. Ademais, os novos contingentes que procuram ingressar no mercado de trabalho, particularmente de nível escolar médio e superior, estão encontrando grandes dificuldades de colocação.

6. A comunidade de economistas de meados dos anos 60 ao início dos anos 70

A partir de meados dos anos 60, a comunidade dos economistas brasileiros passou a interagir intensamente com a comunidade internacional de economistas e assim obteve o *status* de uma comunidade científica.

O acordo MEC-Usaid (Ministério da Educação e Cultura – USA Agency for International Development), em colaboração com fundações privadas estrangeiras (a Ford Foundation em particular, na época) promoveu a vinda de professores americanos para participar da formação de centros de pós-graduação e institutos de pesquisa.

No início de 1965, é criado o Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, tendo como principal coordenador Antonio Delfim Netto. Nesta altura, Delfim era também coordenador da Anpes e do Conselho Nacional de Planejamento, presidido pelo então Ministro do Planejamento, Roberto Campos. Por ocasião da cassação do então Governador de São Paulo, Adhemar de Barros, assume o governo de São Paulo Laudo Natel. Roberto Campos indica Delfim para a Secretaria da Fazenda de São Paulo, o que faz com que o mesmo se desligue da vida acadêmica da qual participava intensamente. Deixa, porém, como herança, um grupo acadêmico jovem, relativamente bem preparado e muito motivado.

Os professores americanos que vieram para o IPE naquela época eram ligados à Universidade de Vanderbilt e, por isto, receberam o nome informal de grupo Vanderbilt que atuou principalmente no IPE, mas também na Fundação Getúlio Vargas. Alguns de seus representantes eram: Werner Baer, William Tweet, Andrea Maneschi, Douglas Graham, Samuel Levy. Outro “grupo” que se destacou, ao final dos anos 60, foi o grupo Berkeley, que atuou no Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) do Ministério do Planejamento, com sede no Rio. O atual Inpes (Instituto de Pesquisas do Ipea, ligado à Seplan – Secretaria de Planejamento da Presidência da República) é herdeiro direto daquele núcleo do Ipea. Um nome que se destacou no grupo Berkeley foi Albert Fishlow, do qual falaremos mais adiante.

A função dos grupos americanos dentro dos centros de pós-graduação na época foi muito mais no sentido de transmitir o modelo americano de organização de ensino e pesquisa do que propriamente contribuir com conhecimentos de teoria econômica mais avançados. Em meados dos anos 60, além de Delfim, já existiam outros líderes intelectuais brasileiros que haviam assimilado a sofisticação do saber econômico: Mario Henrique Simonsen, por exemplo. Estes poucos líderes brasileiros eram elementos multiplicadores da sofisticação e, considerados exclusivamente sob este aspecto, não eram distintos de seus melhores pares americanos. O que faltava na época era a disseminação em escala razoável de atitudes e posturas que pudessem caracterizar uma comunidade científica consolidada. E é aí que os grupos americanos tiveram sua principal função.

A idéia dos centros de pós-graduação era criar uma elite acadêmica e burocrática. Esta elite, por força social, teria os seus padrões de excelência baseados nos parâmetros americanos. Não era um fato menor – pelo contrário, seria condição *sine qua non* da formação desta elite – o domínio da língua inglesa. Isto, por si só, justificaria a presença de professores americanos.

Uma idéia adicional dos centros de pós-graduação era a de qualificar os estudantes brasileiros para fazer o Ph.D em universidades americanas. De início, alguns poucos, sem o curso de pós-graduação no Brasil, porém através de contatos diretos ou indiretos com os professores americanos que aqui estavam e, por suas recomendações, foram aos Estados Unidos para obter Ph.D's. Os que foram e voltaram com Ph.D's concluídos, que eu saiba, são: Edmar Bacha, para a Universidade de Yale, em 1965; eu mesmo, para a Universidade de Cornell, em 1966; Carlos Geraldo Langoni, para a Universidade de Chicago, em 1967. Bacha concluiu sua tese que versou sobre o modelo econométrico da economia cafeeira mundial em inícios de 1969. Estabeleceu relações profissionais e de amizade com Lance Taylor, professor do MIT, e é hoje um líder da comunidade de economistas do Brasil em vista de sua grande interação com economistas daquela instituição, Yale, Harvard e Banco Mundial, e por sua liderança no núcleo de pós-graduação em economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Eu concluí minha tese, em fins de 1969, que versou sobre crescimento, desemprego e inflação no Brasil. Fui professor do IPE até 1967 e daí em diante professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (EPGE/FGV). Langoni concluiu sua tese, em inícios de 1970, que versou sobre fontes de crescimento econômico no Brasil. A tese se baseava na teoria do capital humano, que veio ao encontro das necessidades de uma filosofia educacional por parte do governo, em início dos anos 70. Langoni alcançou proeminência com estudo posterior que comentaremos mais adiante. Hoje é o presidente do Banco Central do Brasil.

Os professores americanos que aqui vieram consolidaram a ponte entre economistas americanos e brasileiros. Esta consolidação estabeleceu a comunidade (científica) de economistas do Brasil que hoje encontra sua corporificação na Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação (Anpec), na recém-criada Associação Brasileira de Econometria e, manifesta suas idéias em periódicos específicos: *Revista Brasileira de Economia* da FGV, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, do IPEA, *Estudos Econômicos* do IPE-USP, *Estudos Cebrap*, *Revista de Economia Política*.

Para finalizar a descrição deste período, alguns comentários sobre o Centro Brasileiro de Pesquisas (Cebrap) são necessários. O Cebrap surgiu em decorrência da cassação de alguns professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, após o AI-5 de dezembro de 1968. Embora a maioria de seu núcleo fosse de cassados, nem todos o eram. Alguns nomes do núcleo (membros com participação não-esporádica) são: Arthur G. Gianotti, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Juarez Brandão Lopes. Deste núcleo, o único a não ser cassado, foi Brandão Lopes. Gianotti, por ocasião de sua cassação, era professor do Departamento de Filosofia da FFCL da USP. Nada conheço de sua história pessoal e me deterei a comentar seu trabalho. Há um livro seu, *Dialética do trabalho*, publicado em 1965, que a meu ver é um marco interpretativo da obra de Marx. Digo isto pois o pequeno conhecimento que tenho de *O capital* de Marx só me foi possível após a leitura de seu livro. Por um lado, a literatura marxista tem o problema de ser enorme e a sua maioria é de caráter divulgador. Após passada a primeira emoção — se é que passa — ela se torna demasiadamente repetitiva e chata. Por outro, não há um marxismo, mas há marxismos e, na me-

didática que não se lê o próprio *O Capital*, é difícil não confundir as estações. Porém a leitura imediata de *O Capital* é indeglutível. Então, há necessidade de trabalhos a um tempo orientadores e profundos. O de Gianotti é um dos pouquíssimos desta natureza.

Fernando H. Cardoso, hoje, senador suplente por São Paulo, à época de sua cassação era professor do Departamento de Ciências Sociais da FFCL da USP. Em fins dos anos 60, inícios dos anos 70, atuou como professor e pesquisador na França e no Chile, mais tarde na Universidade de Princeton. Suas andanças pelo exterior, sem dúvida, fortaleceram os laços de cientistas sociais brasileiros com seus pares estrangeiros, contribuindo assim para a consolidação da comunidade de cientistas sociais.

Francisco de Oliveira, à época de sua cassação, era professor do Departamento de Ciências Sociais da FFCL da USP. Seu trabalho, já nos anos 70, *A crítica da razão dualista*, é a um tempo uma avaliação crítica da corrente “estruturalista cepalina” dos anos 50 e 60 e uma interpretação do processo de industrialização brasileira. Suas colocações foram importantes para o repensamento deste processo por parte de outros, principalmente da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O sumário que fiz na seção 2 do presente artigo é muito influenciado pela tese de 1975 de João Manoel Cardoso de Mello, *Capitalismo tardio*, da Unicamp.

Paul Singer e Brandão Lopes até o início de 1965 eram professores da FCEA-USP. Em vista de indispósitos, creio eu, se transferiram para outras faculdades da USP. Paul Singer, para o Departamento de Ciências Sociais da FFCL e Brandão Lopes para o Departamento de Sociologia da Faculdade de Arquitetura. Tanto Singer como Brandão Lopes, ao longo de 66-67, estiveram nos Estados Unidos, o primeiro na Universidade de Princeton, o segundo na sede das Nações Unidas. Singer é um divulgador prolífico de assuntos brasileiros e, por isto, bem conhecido. Com o trabalho de Brandão Lopes não estou familiarizado.

O Cebrap é, quem sabe, um contra-exemplo à tese de Dreifuss sobre o Ipes, da qual falamos na seção 4. Quebra a configuração coerente de “intelectuais orgânicos” dos interesses multinacionais que Dreifuss estabelece. Seus membros interagem dentro de limites bastante flexíveis com intelectuais nacionais e estrangeiros, independentemente de suas linhas de pensamento ou coloração ideológica. Significativo também é que, durante um certo período, o Cebrap recebeu ajuda financeira da Fundação Ford.

7. Os anos 70

No início dos anos 70, os centros de pós-graduação já haviam preparado um grande contingente de pós-graduados. Parte deles se integrou à burocracia governamental, parte, em tempo parcial ou integral, passou imediatamente a lecionar em cursos de pós-graduação e pós-graduação em economia. A quantidade de tais cursos se achava, agora, imensamente ampliada em decorrência de reforma universitária. Esta estimulou a criação de universidades particulares, bem como a de cursos se achava, agora, imensamente ampliada em decorrência de reforma uniu-um número mínimo de professores com grau de mestrado (O governo, interferindo no mercado e desagradando os “liberais clássicos” mais sensíveis, possibili-

tou a ampliação do fórum para manifestação do desagrado). Uma outra parte, não pouco numerosa, foi para o exterior a fim de obter mestrados e Ph.D's. Em meados dos anos 70, já havia doutores, produto completamente nacional ou com linha de montagem terminal no exterior, em número suficiente para prover cursos de pós-graduação do Oiapoque ao Chui.

Já que agora os personagens são muito numerosos, vou descrever a comunidade de economistas, não por seus membros mas pelo que fizeram. Vou privilegiar três temas: a) Distribuição de renda; b) Inflação; c) Relações e Mercado de Trabalho.

7.1 Distribuição de renda

Conhecidos os resultados do Censo Demográfico de 1970, iniciaram-se as comparações com o Censo de 1960 para saber em que direção havia ido o grau de concentração da distribuição *pessoal* de renda. Os primeiros resultados de Hoffman, da Escola de Agronomia Luiz de Queiroz da USP, indicaram aumento. Em 1972, Albert Fishlow, da Universidade de Berkeley, publicou um artigo na *American Economic Review* que é o resultado de uma pesquisa feita para o Banco Mundial em que, além de confirmar os resultados de Hoffman, atribui a causa do aumento de concentração às políticas econômicas dos governos pós-1964: a) medidas de estabilização, em particular, o arrocho salarial; b) política fiscal, em particular, o fato de a estrutura de tributação ser regressiva; c) a política educacional, em particular, o fato de ela privilegiar segmentos de renda médios e altos. Dois fatos causaram irritação visível na área econômica do governo: a) o fato de a pesquisa ter sido apoiada em seus resultados e análise pelo Banco Mundial; b) o fato de o autor da pesquisa ter trabalhado, pouco antes, em instituição governamental brasileira – o Ipea. O Ministério da Fazenda contratou com a IPE da USP uma pesquisa sobre o assunto dirigida por Carlos Geraldo Langoni. Este, um ano depois, publicava os resultados em livro que causou grande polêmica.

As conclusões de Langoni procuram mostrar: a) que o aumento da concentração de renda não comprometeu a renda de ninguém: todos ficaram mais ricos; pelo menos, ninguém ficou mais pobre; a concentração implicou “somente” que poucos ficaram muito mais ricos e muitos ficaram pouco ou, quando muito, nada mais ricos; b) que a renda é muito menos concentrada entre grupos de pessoas “pobres” do que entre grupos de pessoas “ricas”; que, portanto, o aumento do grau *geral* de concentração tem sua origem dentro do extrato relativamente mais rico: um “pobre” não ficou muito menos pobre do que outro “pobre”; um “rico” ficou muito mais rico do que outro “rico”.

Se as conclusões de Langoni tivessem parado por aí, não teria havido maior celeuma, já que seus resultados seriam perfeitamente compatíveis com a análise de Fishlow. À parte o fato de as conclusões como acima afirmadas permitirem ao governo – com toda razão – se defender dizendo que não prejudicou os “pobres” e, se prejudicou alguém, em termos relativos, prejudicou muito mais os “ricos” entre si (convenientemente não se diz que aumentou a distância de renda entre “pobres” e “ricos”).

O foco da celeuma está no diagnóstico causal da concentração. Langoni argumenta que, em vista do rápido crescimento econômico entre 1960 e 1970, houve um grande aumento de demanda, tanto por indivíduos qualificados (educados) como não-qualificados (não-educados). Uma vez que os últimos eram mais abundantes que os primeiros, obtiveram menores rendas. Portanto, a concentração foi uma consequência inevitável do crescimento. Por outro lado, Langoni considera, com base na doutrina do “capital humano”, que as diferenças de renda entre indivíduos se devem à diferença de suas produtividades que, por sua vez, se deve a diferenças de capital humano (educação) que cada um tem. A prosseguir o crescimento haverá necessidade e, portanto, demanda por indivíduos cada vez mais produtivos (mais educados). Na medida em que o governo provir mais educação, estará atendendo a uma exigência do mercado: gradativamente irá se reduzir o diferencial de capital humano entre indivíduos, o diferencial de produtividade e o diferencial de renda: haverá uma reversão da tendência ao aumento de concentração. Em suma, o papel do Estado se resumiria a atender uma pressão do mercado — mais educação, e com isto haveria uma reversão da tendência à concentração da renda.

As críticas a Langoni foram tantas que me é impossível reuni-las, designando críticas e críticas específicas. Em suma, são as seguintes: a) ter estabelecido uma relação unidirecional entre educação e renda que ignora o caso inverso de que o acesso à educação é estabelecido pela renda; b) ter ignorado relações sociais subjacentes aos diferenciais de renda e que não são alteráveis por provimento educacional; c) ter simplificado em demasia a questão ao englobar numa diretiva genérica, educação, algo complexo e pleno de especificidades.

A celeuma motivou grande quantidade de trabalhos pró e contra Langoni. Os pró foram desenvolvidos dentro da EPGE/FGV, que intensificaram estudos dentro da linha capital humano estendendo-o a outros fatores que não a educação (por exemplo, saúde) e incorporando diversas variáveis às equações de regressão que tem renda como variável dependente. Aparentemente, as críticas contra Langoni serviram mais para fortalecer e reforçar as convicções já existentes do que redirecioná-las. Muitos dos estudos contra ficaram dentro da problemática da distribuição pessoal e seus autores, alguns, se convenceram de sua futilidade, outros, foram vencidos pelo cansaço. A futilidade da questão da distribuição pessoal se prende ao fato de que ela é, em última instância, obrigada a tratar com variáveis subjetivas individuais, imunes a testes objetivos, o que leva a discussões infundáveis. Assim, dentro da concepção de renda pessoal, o que importa não é, a rigor, renda monetária, porém “renda psíquica” e aí entramos no campo do vale-tudo. Ademais, concentrações e desconcentrações de renda pessoal se processam por razões de transformações estruturais econômicas (composição da produção, formas de consumo, por exemplo) e de transformações demográficas (taxas de natalidade, mortalidade, migração) que *a priori* não são coisas boas (a se perseguir) ou ruins (a se evitar); simplesmente são. Por fim, a problemática do capital humano e sua crítica interna é discussão sobre sexo dos anjos; como tentar problematizar quantitativamente e chegar a alguma conclusão se estamos lidando com variáveis, a rigor, não-quantificáveis: educação (!), saúde (!), renda psíquica (!). . . ?

7.2 Inflação

Para resumir em poucas sentenças os estudos sobre inflação nos anos 70, vou fazer uma simplificação drástica e classificar os estudos em quatro anos diferentes de *estilo* de análise: a) o “*estilo monetarista formal*”; b) “*o estilo estruturalista formal*”; c) “*o estilo misto formal*”; d) “*o estilo institucional*”.

O “estilo monetarista formal” é tipificado pelos estudos de Afonso Celso Pastore, até meados da década (quando estava no IPE/USP) e pelos de Antonio Carlos Lemgruber, da FGV, de meados da década em frente. A ênfase do estilo é considerar a expansão do estoque nominal de moeda que se supõe controlável pelo governo, como determinante de última instância da taxa de inflação. A idéia é que a longo prazo a economia forma uma relação “desejada” e estável do estoque *real* de moeda (moeda deflacionada pelo nível de preços). Se a curto prazo o governo expandir o estoque de moeda, de forma a estabelecer um estoque real acima do desejado, os indivíduos tentarão livrar-se da quantidade de moeda nominal que consideram excessiva. Isto irá aumentar a expansão da demanda agregada da economia em relação à expansão da oferta agregada, aumentando assim a velocidade da taxa de inflação (que em si é a taxa de expansão dos preços). Uma vez que, segundo a hipótese do modelo, o estoque *real* de moeda desejado é considerado fixo a longo prazo, a única solução para se conter a velocidade da taxa de inflação é a contenção da velocidade de expansão do estoque de moeda. O raciocínio seguinte é que, uma vez que, a curto prazo, as expectativas de demanda nominal estão dadas, a contração da expansão do estoque de moeda nominal irá provocar uma frustração por parte dos produtores quanto à sua receita esperada, acarretando uma redução do nível de atividade. Portanto, a curto prazo, a contenção inflacionária provocará retração de produção. Porém, reduzidas as expectativas de receita e havendo uma “recompatibilização” do estoque *real* de moeda desejado com o estoque *real* efetivo, a economia volta ao seu estado normal de expansão de produção e preços.

O “estilo estruturalista formal” é tipificado pelos estudos de Mario Henrique Simonsen até meados da década (quando estava na FGV) e depois da metade da década em diante por professores do núcleo de pós-graduação da PUC-Rio (Edmar Bacha, Francisco Lopes, André Lara Resende, Eliana Cardoso), bem como por João Sayad do IPE/USP. Os modelos de Simonsen (de 1970 a 1974) dão ênfase ao fato de a taxa de inflação de “hoje” ser função: a) de uma componente autônoma que capta efeito de pressões inflacionárias *estruturais*, não controláveis pelo governo; b) de uma componente de realimentação que depende de como a taxa de inflação vinha evoluindo de “anteontem” para “ontem”: se ela vinha crescendo, a inflação de “hoje” sofrerá realimentação positiva, se vinha decrescendo, a inflação de “hoje” sofrerá realimentação negativa (esta componente se controlada pelo governo “hoje” — por exemplo, controlando a expansão de salários — exercerá seu efeito “amanhã”); c) de uma componente de *excesso* de demanda, isto é, se a expansão da demanda agregada estiver *além* do potencial de expansão da produção (excesso positivo), a taxa de inflação será pressionada para cima. Caso contrário, se ela estiver *aquém* (excesso negativo), será pressionada para baixo. Os modelos dos demais autores seguem, mais ou menos, a mesma concepção do de Simonsen. Enfatizam mais a *componente*

autônoma e procuram torná-la mais específica. Reduzem a ênfase sobre o *componente de excesso de demanda*, considerando que o potencial de expansão da produção é em si mesmo um elemento estrutural que pode se alterar sem controle imediato do governo.

O “estilo misto formal”, no sentido de que contém os dois estilos — monetarista e estruturalista —, é recente e vem sendo desenvolvido por Simonsen (de volta à FGV) no último ano e meio. Quem sabe, sua característica marcante seja a adoção da *hipótese de expectativas racionais*. Esta hipótese está dentro da linha geral da teoria econômica que trabalha com o auxílio de *como se*. O postulado do *como se*, sem expectativas, é de que tudo se passa como se cada indivíduo do sistema econômico tivesse incorporado em sua mente o conhecimento matemático universal e dele fizesse uso para maximizar benefícios e minimizar custos. A introdução de expectativas supõe que, além do conhecimento matemático universal, que, claro, inclui o cálculo de probabilidades, cada indivíduo conhece *perfeitamente* a teoria econômica que o investigador supõe ser a relevante e, ao fazer o cálculo de máximos e mínimos sobre o futuro, isto é, calcular as expectativas, agirá consoantemente com a teoria. A versão mais extremada de expectativas racionais conclui que o governo, percebendo qual a teoria econômica relevante para os agentes (geralmente é suposto o mecanismo do estoque de moeda real desejado que explicamos ao descrever o “estilo monetarista formal”), age de forma a minimizar as divergências entre o valor efetivo e esperado das variáveis econômicas relevantes. Nesta versão mais extremada, a solução que se oferece para acabar com a inflação (sem provocar maiores distúrbios) da noite para o dia é o governo anunciar de forma perfeitamente convincente as “novas” regras do jogo (compatíveis com a teoria econômica relevante). Estabelecido o “novo regime”, a economia entra em crescimento estável sem inflação. . .! A versão de Simonsen é bem mais moderada. Incorpora o postulado do *como se* às expectativas, porém acha impossível a “mudança de regime” da noite para o dia em vista de a “economia moderna” se constituir na base de débitos contratuais estabelecidos entre os indivíduos e entre estes e o governo. Se houver alteração drástica que desrespeite tais contratos, a economia entra em pane absoluta, devido ao descrédito do público junto ao governo ter se tornado absoluto. A utilização que Simonsen faz de expectativas racionais, me parece, é mais no propósito de buscar coerência dentro do modelo formal.

O “estilo institucional” assim o denominei pois se distingue dos três anteriores em virtude de não fazer uso, ao menos constantemente, do formalismo matemático, e por se voltar à compreensão meticulosa do quadro institucional (relações de trabalho, organização industrial, organização financeira e bancária, relações internacionais político-econômicas). Alguns de seus representantes típicos são: Adroaldo Moura da Silva (do IPE/USP). Maria da Conceição Tavares (da FEA-UFRRJ e Unicamp) e Luiz Gonzaga Beluzzo (da Unicamp). Dos três, Adroaldo é o único que de vez em quando joga no time formal: sua evolução desde meados dos anos 70 passou consecutivamente pelos três estilos formais: a) monetarista; b) estruturalista; c) misto. Conceição e Beluzzo têm como base teórica de suas formulações o que denominam a “teoria do valor como teoria da valorização do capital”. É a idéia de Marx de que a função inerente do capital é a sua própria valorização. Os agentes do capital procuram, às vezes de forma cega,

evitar a descontinuidade do movimento de valorização. Neste processo, ocorrem conflitos institucionais. Para detectá-los, é necessário o conhecimento da história, remota e presente, e contato com a maneira de pensar e proceder de empresários, banqueiros, autoridades monetárias e políticas – nacionais e estrangeiras. Não saberia como descrever em poucas linhas o que o “estilo institucional” vem criando. Há um fato “institucional”, entretanto, que considero importante mencionar. Adroaldo e Beluzzo, juntamente com Celso Lafer, professor de Direito Internacional da Faculdade de Direito da USP, fazem parte do Conselho de Economia da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Que eu saiba, a Fiesp não tem assessores de alto nível que sejam representativos dos “estilos formais”.

7.3 Relações e mercado de trabalho

Os estudos sobre relações e mercado de trabalho começaram ao redor de 1973 e foram, em boa parte, estimulados pelo debate sobre distribuição pessoal de renda que descrevemos na seção 7.1. Há que se adicionar a isto o fato de que, desde fins da década passada, os assuntos sobre distribuição de renda e mercados de trabalho estavam recebendo particular atenção por parte de importantes órgãos da burocracia internacional, tais como o Banco Mundial e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Uma característica das grandes burocracias internacionais é que elas tendem a definir problemas através de rótulos e, a seguir, estabelecem a “missão” de resolvê-los. Assim, por exemplo, em fins dos anos 40, a ONU havia estabelecido o rótulo “subdesenvolvimento”; a “missão”: acabar com ele. Sempre que a burocracia internacional estabelece um rótulo ao redor do qual giram conferências, em diversas partes do mundo, e grandes verbas de pesquisa para “equacionar o problema”, o mundo universitário, em particular o americano, se mobiliza no sentido de estabelecer disciplinas ao redor das quais se estabelecerão cursos e projetos de pesquisa. Assim, com relação a “subdesenvolvimento”, em meados dos anos 50, surgem as *Economics of underdevelopment*, *Development economics*, *The theory of economic development* e assim por diante. Enquanto o rótulo e sua missão correspondente não saírem de moda – e geralmente não saem, são readaptados – os economistas do mundo se gratificam sob três aspectos: maiores oportunidades de trabalho e emprego, maiores rendimentos e, principalmente, participar de nobre missão: por meio do “conhecimento científico” e sua aplicação, redimir os agravos e injustiças sociais. Neste processo de ampliação do mercado de “ciência econômica”, por meio de emulação de sentimentos nobres, as grandes editoras – McGraw, Prentice Hall, etc. – faturam para valer com belos livros de capa-dura e papel acetinado que se tornam um *must* de professores e estudantes de economia.

Processo similar ao descrito acima, com “subdesenvolvimento”, se deu no início da década de 70. Depois de duas décadas de “missão” no sentido de acabar com o “subdesenvolvimento”, ele continuava cada vez mais vigoroso. Fez-se mister a criação de novos rótulos, novas disciplinas, novos projetos de pesquisas, novas conferências internacionais, novos livros-texto e, principalmente, novas cruzadas. Dentre os novos rótulos, destacam-se: distribuição de

renda (missão: torná-la mais equitativa); pobreza (missão: eliminá-la); setor informal (missão: auxiliá-lo e promovê-lo). Os rótulos “distribuição” e “pobreza”, em si, deixam mais ou menos claros do que se trata. Concentremo-nos no rótulo “setor informal”.

A *teoria econômica* é, em sua essência, uma teoria da decisão de *indivíduos* sobre a alocação de recursos escassos entre fins alternativos. Os indivíduos dispõem de *fatores de produção* — trabalho, capital e terra, e os utilizam no sentido de maximizar benefícios e minimizar custos. A teoria econômica se coloca como teoria universal da escolha. Suas “leis” se aplicam ao homem das cavernas e aos de hoje; se aplicam a uma tribo indígena, uma comunidade rural primitiva e uma comunidade altamente industrializada. É da “natureza” do “*fator trabalho*” receber uma “*remuneração*” equivalente à “*contribuição*” que dá à “*produção*”. Tal doutrina pode parecer absurda para um indivíduo com cultura razoável, isto é, que tenha um mínimo de perspectiva de 5 mil anos daquilo que se denomina civilização ocidental. Entretanto, é uma verdade revelada para um grande número de economistas que sofre lavagem cerebral de cinco anos em cursos de pós-graduação, com livros de inglês de capa-dura e papel acetinado. Levantar crítica sobre os fundamentos da teoria econômica é, para eles, sinal de deficiência perceptiva ou corrupção por “doutrinas acientíficas e ideológicas”. O fato de “o fator trabalho” ter uma “remuneração” é da natureza das coisas. Se tal “remuneração” recebe o nome de *salário*, isto é mero acidente lingüístico. *Salários* sempre foram e serão percebidos: o homem de Neanderthal ao abater uma mamute percebia um salário, o servo medieval recebia salário do senhor, o operário recebe salário da empresa, Buck Roger recebe salário da instituição para a qual presta serviços. Em inícios de 1970, alguns burocratas iluminados da OIT começaram a desconfiar que, nos “países em desenvolvimento” (agora o nome já não era mais “subdesenvolvido”), os focos de pobreza se concentravam entre indivíduos que não tinham um *contrato de trabalho formal*. Teria sido mais fácil se eles dissessem que os indivíduos estavam em relações de trabalho não-assalariadas, porém, considerando que os burocratas iluminados eram economistas, isto teria sido difícil. Nascia uma nova entidade: *o setor informal*.

Uma invenção como esta não se joga fora. A própria OIT encomendou a um velho, bondoso e respeitável senhor com respeitável trabalho nas Nações Unidas e, na época, da Universidade de Sussex, na Inglaterra, Hans Singer, um estudo sobre o setor informal da Nigéria — se não me engano. Após o trabalho de Singer, o Banco Mundial acolheu calorosamente o setor informal, em meio a seus escritórios acarpetados, com ar condicionado, vidros *ray-ban* e computadores da última geração, para que seus pesquisadores, sofredores com a fome e a miséria que assola os países em desenvolvimento, dessem tratos à bola e encontrassem fórmulas redentoras para tão terrível mal. Com a OIT e o Banco Mundial emprestando respeitabilidade ao setor informal, em pouco tempo as universidades e burocracias governamentais de vários países já trabalhavam ativamente na questão.

Circa 1975 começaram a proliferar diagnósticos sobre “o setor” e prescrição de remédios para seus males. Um diagnóstico típico é o seguinte: os *indivíduos* do setor informal são *homo-economicus* como todos os outros, isto é, são racionais (é *como se* tivessem o cálculo diferencial embutido em suas células

cerebrais). Se estão na pior é porque os mercados de trabalho são imperfeitos (isto é, falha a concorrência perfeita) e, neste caso, não faz mal o governo intervir, é até bom. O que o governo deve fazer é oferecer condições ao indivíduo do setor informal para que ele possa fazer pleno uso de sua racionalidade. Sugestões concretas (dois exemplos): a) estimular os membros do informal ao *do-it-yourself*; b) abrir linhas de crédito pessoal subsidiadas para eles. A primeira sugestão decorre do diagnóstico ortodoxo tradicional de que grave imperfeição do mercado de países em desenvolvimento é que eles são abundantes de trabalho e escassos em capital, porém se utilizam de técnicas estrangeiras que usam pouco trabalho e muito capital. Ocorre, porém, que tais Países têm escassez tanto de capital como de mão-de-obra *tipicamente assalariada*: falta de capital (máquinas, equipamentos, instalações e construções) e baixo nível de assalariamento da força de trabalho são características conjuntas de baixo amadurecimento capitalista. O *do-it-yourself* seria no sentido de que os trabalhadores informais se valessem de técnicas trabalho-intensivas, ao invés de capital-intensivas. Assim, por exemplo, ao invés de o governo providenciar um sistema de distribuição de água urbano que envolve fábricas de tubulação, escavadeiras, etc., o trabalhador informal receberia a visita de um assistente social que lhe mostraria como captar e estocar água potável das chuvas! A idéia é, sem dúvida simpática (quem propôs isso, nas horas de folga quem sabe, lia o livro vermelho de Mao-Tse-Tung), porém é profundamente insólita considerando que, por exemplo, no Brasil, cerca de 30% da PEA pode ser classificada como informal e, ademais, as suas possibilidades de ascensão social se prendem às possibilidades de assalariamento. O *do-it-yourself* de assalariado é *hobby*. *Hobbies* não se constituem em aceleradores típicos do grau de divisão de trabalho e conseqüente expansão de mercado, necessários ao desenvolvimento capitalista. A segunda sugestão decorre do diagnóstico de que os membros do informal não têm crédito pessoal devido à imperfeição do mercado conhecida como “barreira à entrada”: os não-informais, por serem “ricos”, têm o monopólio da obtenção de crédito. Monopólio, na análise ortodoxa causa ineficiência: é mal. De novo uma idéia insólita, dado o grande porte do setor informal, os banqueiros teriam de adotar uma regra de concessão de crédito perversa: “quanto menos colateral mais crédito”. Atualmente, a moda do setor informal arrefeceu, embora a terminologia esteja completamente integrada ao ecomônês.

Na segunda metade dos anos 70, a instituição brasileira que mais se dedicou ao assunto no setor informal foi o Conselho Nacional de Recursos Humanos do Ipea (CNRH). Patrocinou pesquisas em diversas instituições. Eu mesmo fiz um estudo para o CNRH sobre o setor informal em 1976. Procurei dimensioná-lo com base em informações do Censo Demográfico de 1970 e estabelecer uma análise crítica, levando em conta a literatura que naquela época estava em voga sobre marginalidade na América Latina, desenvolvida por Nun e Quijano no Peru e por Lucio Kowarick do Departamento de Ciências Sociais da USP. Tive ataques de althusserianismo, poulantzismo e foucaultismo, mas hoje já me sinto recuperado.

Falei tanto do setor informal, quem sabe, por ter estudado o assunto de perto e também por ele ter sido de grande modismo até pouco — se é que ainda não o é. Por outro lado, apesar do sarcasmo que utilizei, nem tudo que o “setor

informal” inspirou foi surrealismo. Paulo Vieira da Cunha do Inpes/Ipea, até pouco tempo atrás estava fazendo levantamentos exaustivos, com base no censo demográfico, de relações de trabalho nas diversas áreas urbanas do Brasil. Paulo Renato de Souza, da Unicamp, extrapolou seus estudos do setor informal para considerações frutíferas sobre questões salariais e de emprego na indústria brasileira. Pesquisadores do CNRH obtiveram resultados interessantes sobre alguns aspectos das transformações de relações de trabalho em diversas partes do Brasil e movimentos migratórios. Helga Hoffman fez um bom apanhado sobre a estrutura da PEA no Brasil, bem como uma apreciação crítica das teorias de marginalidade (Num, Quijano) e neoclássicas sobre pobreza urbana.

Questões como a do setor informal se inserem naquilo que, seguindo a tradição americana, se designa por Economia do Trabalho (Labor Economics). Há dezenas de textos americanos sobre o assunto. O enfoque teórico é predominantemente neoclássico, isto é, segue a linha dos fatores de produção. Além disso, contém descrições sobre o sistema sindical americano e os efeitos da barganha salarial sobre taxas de salário e nível de emprego. Toda a análise é muito questionável em vista de seu caráter estático e anistórico.

Um livro francês que se destaca é o de Michél Aglietta, *Régulations et crises du capitalisme*, 1976. É um estudo teórico do desenvolvimento do capitalismo americano, enfatizando o papel que as técnicas de produção, a organização de trabalho e a organização sindical desempenharam sobre o processo de valorização do capital. Pelo que vi, há algumas poucas pessoas interessadas neste tipo de abordagem, embora até agora não tenham podido levar avante nenhum projeto de pesquisa. Entre tais pessoas: Paulo V. Cunha do Inpes/Ipea e eu mesmo. Persio Arida, do IPE/USP, terminou ou está terminando de redigir sua tese de Ph.D para o MIT, que versa sobre evolução de técnicas de produção, organização do trabalho e sindical em Detroit durante o período de produção do Ford Modelo T, que manteve as mesmas características de produto por 15 anos, ao lado de transformações radicais na organização da produção. Ainda não li a tese, mas sei que promete coisas muito interessantes. A replicação do estudo para o VW brasileiro, quem sabe, seja interessante.

Para finalizar, uma relação de quem é quem — que conheço —, na área de Economia do Trabalho. No IPE/USP, Roberto Macedo se dedica desde 1976 ao assunto com interessantes trabalhos sobre a participação dos salários na renda e política salarial. Terminou de escrever livro-texto (*Os salários na teoria econômica*) que, considerando apenas os aspectos teóricos — a que o livro se restringe —, é, a meu ver, superior a qualquer similar americano. Ainda no IPE/USP há José Pastore, sociólogo dentro da tradição quantitativista americana, com informativos trabalhos sobre salários e qualificação profissional, mobilidade social e muitos outros dos quais não me recordo. Atualmente, assessora o ministro do Trabalho. Na Unicamp, Paulo Renato de Souza e Paulo Baltar coordenam um conjunto de pesquisas sobre emprego e salário no Brasil. João Manoel Cardoso de Mello mantém estreito contato com líderes e organizações sindicais. Isto, aliado aos seus excelentes conhecimentos de economia brasileira, o qualifica como um dos poucos economistas *expert* em questões sindicais. Estas, que eu saiba, têm sido mais estudadas por sociólogos e politicólogos (por exemplo, Maria Hermínia Tavares, da Unicamp); o pessoal do Cebrap está por dentro. Ainda na Unicamp,

José Graziano da Silva desenvolve trabalhos sobre a questão agrária e, em particular, relações de trabalho e organizações sindicais no campo. No Inpes/Ipea, Paulo V. da Cunha elaborou recentemente um sumário sobre teorias de emprego e técnicas de avaliação de necessidade de mão-de-obra, muito úteis a trabalhos governamentais aplicados e de planejamento. Na EPGE/FGV estão os bambas em capital humano. *Last but not least*, há o denominado “grupo horto” da EIAP/FGV, que conduz um curso multidisciplinar sobre questões agrárias e agrícolas e vem conduzindo pesquisas na área de relações de trabalho no campo.

8. A guisa de conclusão

A formação da comunidade de economistas do Brasil foi uma decorrência da aceleração da internacionalização da economia brasileira. Até 1964, muitos economistas, não só de esquerda, mas me recordo bem, conservadores, e que hoje ocupam cargos de importância no governo, se revoltaram com o “entreguismo” de Roberto Campos. Hoje não há mais por que se revoltar. A entrega foi completada e o recibo passado. A crise que o Brasil atravessa hoje é diferente da de 1964. Então a questão era romper os obstáculos para que o capital estrangeiro pudesse fazer seus investimentos. Atualmente, o capital estrangeiro também se acha em crise e não tem condições de definir com clareza seus propósitos. Até que há uma boa disposição por parte do Brasil em fazer uma nova entrega, porém os recebedores potenciais estão em retração. O grande confrontador externo é o capital financeiro, cujo principal interesse são cifras. Cifras não enchem barriga. Nem dos brasileiros nem, em última instância, dos banqueiros internacionais. Ao lado da crise econômica internacional, há uma crise da teoria econômica que afeta todos os economistas. Há pressões para o surgimento de novas idéias econômicas que ajudem a solucionar os impasses da vida econômica. Porém a história ensina que as soluções vêm primeiro, as teorias depois. Resta estar atento e aguardar.